

Economia do Conhecimento e a Atuação do BNDES: Considerando os Intangíveis

Eduardo Rath Fingerl

Superintendente da Área de Gestão do Conhecimento do BNDES. Mestrando da COPPE/
UFRJ, PEP/ Área de Inovação Tecnológica e Organização Industrial.

edurath@bndes.gov.br

Cristiane M. d' Avila Garcez

Assessora da Área de Gestão do Conhecimento do BNDES. Doutoranda da COPPE/ UFRJ, PEP/
Área de Projetos Industriais e Tecnológicos.

cgarcez@bndes.gov.br

A economia do conhecimento caracteriza-se por uma ampla utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação. Por outro lado, essas tecnologias não determinam automaticamente a aquisição e a criação do saber, bem como não são capazes de promover por si só a disseminação do conhecimento. Ao contrário do que se poderia imaginar, cada vez mais a inovação se dá através de processos historicamente e culturalmente determinados, sendo fortemente vinculada a instituições e organizações locais.

Assim, o processo de difusão das inovações também não ocorre com a facilidade esperada. O acesso aos benefícios do conhecimento está atrelado à participação na criação destes, constituindo-se em um desafio ainda maior para os países que não completaram seu desenvolvimento e que possuem um sistema de inovação¹ fragilizado ou incompleto.

Isso por que as atividades tecnológicas são altamente influenciadas pelas características dos sistemas nacionais de inovação; desde o sistema nacional de pesquisa básica, sistema educacional e de treinamento; até a capacidade de reconhecimento dos direitos de propriedade de ativos intangíveis pelo sistema financeiro local, e o ambiente macroeconômico propício ou não aos investimentos em desenvolvimento tecnológico.

Ressalte-se a relevância da construção de competências e da adequação do capital intelectual para o sucesso de uma estratégia direcionada ao aumento da competitividade e ao desenvolvimento na economia do conhecimento (Lundvall and Johnson, 2000). Destaca-se, ainda, a relevância da formação de redes de cooperação e de conhecimento (fora e dentro da organização) e dessa rede enquanto forma organizacional mais propícia à geração e difusão de inovação, uma vez que esta é facilitadora da incorporação de conhecimentos tácitos, embutidos em pessoas e organizações (Garcez, 2000).

¹ Ver Edquist (1997). Para os casos dos países do Mercosul, ver Cassiolato e Lastres, 1999.

Sendo assim, torna-se crucial que uma política industrial² na era do conhecimento contemple os pontos citados acima; e que o BNDES, como importante instrumento dessa política, seja capaz de atuar no sentido de promover o desenvolvimento com base no conhecimento.

Novos desafios para o Brasil e para o BNDES

As mudanças no ambiente econômico, quais sejam: globalização, acirramento da competição, modificação do papel do Estado, ascensão de novos setores baseados em tecnologia e de setores tradicionais intensivos em conhecimento, relevância do setor de serviços, preponderância das redes de relacionamentos e a necessidade de um desenvolvimento sustentável, tornam o tratamento dado aos ativos intangíveis central para o processo de desenvolvimento.

Nesse âmbito, cresce o debate acerca da obsolescência dos procedimentos contábeis e das métricas existentes, fundamentadas até então essencialmente no capital estrutural, ou físico.

Os ativos intangíveis são uma fonte não física de geração de valor, sendo resultantes de inovação, estrutura organizacional específica ou práticas de recursos humanos (Lev, 2001)³.

Segundo a definição do Brookings Institute, em Gomes e Lopes (2002), intangíveis são fatores não físicos utilizados na produção de bens ou serviços que irão gerar benefícios futuros para seus proprietários ou controladores.

O valor econômico ou financeiro de um ativo intangível, portanto, deve ser objeto de avaliação quando esse ativo possuir as seguintes características: estiver sujeito a uma forma específica de identificação ou descrição; estiver protegido e existir legalmente; e estiver sujeito ao direito de propriedade, o qual deve ser transferível.

Os ativos intangíveis podem ser classificados em algumas categorias: marketing (marcas, logos); tecnologia (patentes, know-how); artes (*copyright*); processamento de dados (*softwares*, banco de dados); engenharia (design industrial, *blueprints*); consumidores (cadastro de consumidores); contratos (fornecimento, licenças, franquias) (Gomes e Lopes, 2002). Alguns outros intangíveis são: capital intelectual, capacidade de exportação, liderança e sucessão empresarial, comunicação, flexibilidade, estratégia e governança corporativa.

Como os antigos sistemas de informação em vigor não captam os novos “*value drivers*”, as empresas intensivas em intangíveis são penalizadas em seu custo de capital, com reflexos de toda ordem para gestores, investidores, formuladores de políticas econômicas governamentais, órgãos reguladores, e para a sociedade como um todo. A conseqüente falta de parâmetros e a volatilidade dela resultante afetam o mercado acionário, facilitando a ação de *insiders* e abalando a confiança de potenciais investidores (Fingerl e Goldenstein, 2002).

Tentando minimizar esses problemas, diversos países vêm buscando conjuntamente ajustar procedimentos e alterar leis para viabilizar um arcabouço jurídico-institucional adaptado ao novo

² Ver em BNDES (2002a e 2002b) recente discussão sobre política industrial, regional e de emprego e renda ocorrida em seminário comemorativo dos 50 anos do BNDES.

³ Ver também Lev (2002), para a influência dos ativos intangíveis no mundo dos negócios e classificação desses.

modelo econômico, alicerçado na gestão integrada do conhecimento através da eficiente interação entre estrutura, conhecimento e rede de relacionamentos⁴.

Pelos mesmos motivos, inúmeras empresas vêm buscando adotar e explicitar estratégias que incluam a avaliação de seus fatores intangíveis, visando à ampliação do seu *market value*, a atração de investidores e a redução do custo de capital.

No Brasil, a inexistência de uma base de dados uniforme, a insuficiência do mercado de capitais, a baixa prioridade dada à pesquisa e desenvolvimento e a outras atividades tecnológicas e a pouca atenção dada à governança corporativa dificultam a adoção de métricas para avaliação e o crescimento e aprimoramento dos ativos intangíveis.

Essas características constituem um círculo vicioso, onde a inexistência de um mercado de capitais maduro dificulta a formação de uma base de dados para a pesquisa e a comparabilidade inter e intra-setorial e, entre outros fatores, não motiva o empreendedor a diferenciar sua empresa.

Cada vez mais os fatores intangíveis tornam-se preponderantes na determinação do valor e do risco observado por investidores e credores, obrigando à procura de novas métricas que dêem conta desse novo processo, mesmo nas empresas tradicionais.

A prioridade no valor contábil, que enfatiza o passado e não o futuro, e a ênfase em bens reais como garantias para empréstimos perdem cada vez mais espaço. São práticas que os novos projetos e programas de investimento, com lastro no conhecimento, inovação, processos gerenciais e redes de relacionamento não mais suportarão (Fingerl e Goldenstein, 2002).

Assim, a atuação do BNDES, principal fonte de recursos de longo prazo no país, será essencial para sinalizar para o mercado, através de suas políticas operacionais, os rumos que deverão pautar este novo cenário. Além disso, o BNDES tem um enorme poder de potencializar seus recursos, atraindo capital do setor privado com os quais pode desenvolver as mais diversas parcerias⁵.

É portanto fundamental que o compartilhamento do risco torne-se uma das prioridades para o BNDES, quando se tratando de atividades relacionadas aos intangíveis, seja através de *venture capital* para apoio às pequenas empresas de base tecnológica, seja através de fundos de investimento ou de participação direta, sempre em conjunto com investidores privados.

Ao longo de sua trajetória, o BNDES sempre esteve presente nos processos de mudança, tendo suas prioridades periodicamente remodeladas, no sentido de se adaptar às necessidades do país. Recentemente, a criação da Área de Gestão do Conhecimento demonstra o reconhecimento da relevância para a Instituição das questões antes citadas. Entre as atribuições da área destacam-se: i) elaboração de um conjunto de iniciativas voltadas à produção, classificação, utilização e compartilhamento do conhecimento; ii) coordenação, juntamente com a Área de Tecnologia da Informação, da implantação de um moderno sistema de gestão de clientes; e iii) elaboração, em conjunto com as demais áreas do BNDES, de novas métricas para avaliação de operações e de empresas que incluam ativos intangíveis e formulação de novos instrumentos para o apoio às atividades baseadas nesses ativos.

⁴Ver Low and Kalafut (2002).

⁵Um dos fundamentos do planejamento estratégico do BNDES é o desenvolvimento do mercado de capitais, como forma complementar aos recursos do BNDES) de avançar um maior crescimento econômico do país nos próximos anos. Em dezembro de 2002, o BNDES lançou um conjunto de normas que estimulam às empresas tomadoras de recursos no BNDES a adotarem melhores práticas de governança corporativa.

Assim, afirma-se o conhecimento como fator impactante às estratégias estabelecidas pelo BNDES, notadamente na sua percepção de risco e nos seus reflexos sobre políticas governamentais de toda sorte, objetivando o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Referências Bibliográficas

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. *Inovação, Globalização e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico*, in Cassiolato, J. E. e Lastres (eds) *Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul*, IBICT/IEL, Brasília, 1999.

BNDES (2002a) *Seminário Desenvolvimento em Debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Dezembro. <http://www.bndes.gov.br>.

BNDES (2002b) *Seminário Desenvolvimento em Debate: painéis nacionais*. Vol.1 e vol. 2. Dezembro. <http://www.bndes.gov.br>.

EDQUIST, C. (1997) *Systems of Innovation: technologies, institutions and organizations*. Londres: Pinter.

FINGERL, E.; GOLDENSTEIN, L. (2002) *Economia do Conhecimento e o Papel do Sistema BNDES*. *Jornal Valor Econômico*, maio.

GARCEZ, C.M. (2000) *Sistemas Locais de Inovação na Economia do Aprendizado*, uma abordagem conceitual. *Revista do BNDES* n. 14.

GOMES, E. e Lago, M. (2002) *Avaliação de Ativos Intangíveis: metodologias de avaliação*. *Seminário Business in the Knowledge Era/ V BKE*. CRIE/ UFRJ. BNDES, dezembro.

LEV, B. (2002) *Intangible Assets: concepts and measurement*. Memo. New York University. October.

LEV, B. (2001) *Intangibles: management, measurement, and reporting*. Washington: the Brookings Institute.

LOW, J; KALAFUT, P.C. (2002) *Invisible Advantage: how intangibles are driving business performance*. Perseus Publishing.

LUNDEVALL, B. A. and JOHNSON, B. (2000) *Promoting Innovation Systems as a Response to the Globalising Learning Economy*. Draft of Contribution to the project Local Productive Clusters and Innovations Systems in Brazil: New industrial and technological policies. Setembro. Rio de Janeiro. Brazil.